

A Nova Rota da Seda



À diferença do padrão que conhecemos no século XX, os acordos com os chineses não são feitos com as armas na mão e nem tem, por baixo da mesa, cartas orientando a derrubada de governos

Por Alexandre G. de B. Figueiredo*

“De mar a mar/de tierra a nieve/ todos los hombres te contemplan/China”. Hoje, mais de 60 anos depois de Pablo Neruda redigir esses versos, os olhos do mundo continuam postos sobre a China, com atenção redobrada. Chegando ao centro do tabuleiro geopolítico, a potência asiática recusa a pretensão de hegemonia e continua a se definir como um país em desenvolvimento, o que implica em uma abordagem de relações internacionais que prega o multilateralismo, a paz e a prosperidade para todos.

A Nova Rota da Seda ou *Belt and Road Initiative* (Iniciativa Cinturão e Rota), como é mais conhecida internacionalmente, é a materialização dessa visão. Apresentada pelo presidente chinês Xi Jinping, em 2013, trata-se de um imenso projeto de parcerias oferecido pela China com o objetivo de construir a maior rede de infraestrutura para o transporte de mercadorias e pessoas do planeta, além de aprimorar a economia digital. Comporta obras como estradas e ferrovias atravessando toda a Ásia e chegando à Europa Ocidental, aeroportos, portos apoiando redes marítimas, oleodutos, dentre outros. Na definição oficial, ela envolve a coordenação de políticas, conectividade das infraestruturas, fluxo livre de comércio, integração financeira e entendimentos entre os povos. Até o final de 2018, apenas cinco anos após o lançamento da iniciativa, a China já havia assinado acordos com 106 países e 29 organizações internacionais.

Não

se trata de um acordo multilateral, embora comporte relações e estabeleça instituições multilaterais, mas sim de acordos bilaterais que a China oferece aos parceiros. De forma sucinta, eles implicam no financiamento chinês para a construção da estrutura necessária para a interligação pretendida. Para tanto, Pequim criou, em 2014, o Fundo da Rota da Seda, com recursos de suas agências estatais e bancos de financiamento do desenvolvimento: um aporte inicial de 40 bilhões de dólares. Em 2017, quando se realizou o primeiro Fórum Internacional da Rota da Seda, novos aportes bilionários foram feitos, indicando tanto o sucesso da iniciativa como a vontade da China para levá-la adiante.

A

a terra é redonda

iniciativa abrange especialmente a Ásia e a Europa, mas não exclui países em desenvolvimento de outras regiões. O que é natural: a China tanto se coloca como uma liderança desse grupo como já vem consolidando suas relações com as regiões desprezadas pelo Norte, como, por exemplo, a África, onde sua presença é cada vez mais relevante. E, não menos importante, com a América Latina, cuja aproximação com os chineses causa temores e fortes reações nos escritórios de Washington.

Há

quem fale de um Plano Marshall chinês, dado o imenso volume de recursos, invocando o financiamento norte-americano para a reconstrução de uma Europa Ocidental destruída pela Segunda Guerra. Contudo, e isso é bom lembrar, a Nova Rota da Seda não implica uma contrapartida militar, como foi o caso do Plano Marshall, com sua consequente criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Pelo

contrário, a iniciativa chinesa afirma manter a defesa da aplicação da política dos cinco princípios de convivência pacífica enunciados por Zhou Enlai ainda na década de 1950, quando a República Popular estava em seus primeiros anos: respeito à soberania e à integridade territorial de todos os países; não agressão; não ingerência nos assuntos internos de outros Estados; igualdade entre os países; e benefício mútuo. A esses princípios - posição histórica da China em relações internacionais - se une agora o de "comunidade de destino comum da humanidade", enfatizado no 19º Congresso do Partido Comunista, em outubro de 2017.

Portanto,

mas que uma iniciativa puramente econômica com o objetivo de ampliar as redes de exportação e importação centradas na China, a Nova Rota da Seda pretende-se um projeto contra hegemônico, uma nova proposta para o sistema internacional. Para compreendê-la em todas as suas dimensões, é necessário aproximar-se da experiência histórica da China, particular dentre os Estados contemporâneos, devido a suas raízes milenares.

A

começar pela própria referência à rota da seda. Sua versão "original" vem do início da era comum, quando uma rede gigantesca de caminhos, cidades e mercados existiu nas extensões da Ásia desde a China até a Europa. Há registros de comércio de seda, um produto originariamente desenvolvido na China, na Roma do século II. Além de mercadorias, as caravanas levavam e traziam ideias: o budismo, hoje um dos pilares da cultura tradicional chinesa, viajou para o leste pelos caminhos da rota da seda.

Por

outro lado, invenções e descobertas chinesas como o papel, o magnetismo, instrumentos agrícolas, estribos, dentre outros chegaram até a Europa pela mesma via. É esse o "espírito da Rota da Seda" invocado por Xi Jinping em seus discursos como fundamento da nova iniciativa: cooperação, abertura, ampliação do conhecimento e benefícios para todos. "O espírito da Rota da Seda se tornou em um grande patrimônio da civilização humana", disse ele aos 1500

a terra é redonda

participantes do Fórum de 2017, uma ideia reiterada na recente reunião de abril de 2019.

E
o que seria esse “espírito”?

A
consolidação de um Estado chinês unificado aconteceu em 221 a.C, pondo fim a um período de séculos de guerras internas, nas quais dezenas de pequenos estados disputavam a hegemonia na região que hoje compreende a China. O rei de Qin, um desses poderes, levou adiante a campanha militar que derrotou os oponentes e consolidou a centralização em um Império. Qin Shi Huangdi, como ele passa a se chamar (“primeiro imperador”), tomou diversas medidas para organizar a administração e proteger seu domínio. Uma delas consistiu na primeira construção da Grande Muralha, a partir de estruturas já existentes. A China, ciente de sua grandeza, procurava a ordem após as guerras internas e deixava o resto do mundo para além de sua muralha.

Já
sob a Dinastia Han (206 a.C a 220 d.C), que sucederam a Qin, a China expandiu seus limites para além do Rio Amarelo, conquistando territórios que liberaram a passagem para o centro da Ásia, especialmente o Corredor de Hexi, faixa de terra entre o planalto tibetano e o deserto do Góbi. Já no início do século II, tanto as rotas comerciais estavam abertas como muitos estados da Ásia Central tornaram-se tributários do Imperador. A China agora se abriria e levaria suas realizações para toda a Eurásia. A Rota da Seda atingiu seu apogeu na Dinastia Tang (618-907) e só declinou com a conquista mongol, em 1297. Portanto, durante mais de mil anos, aqueles caminhos estabilizaram o intercâmbio de mercadorias e de visões de mundo.

Hoje,
ao buscar a antiga Rota como símbolo e referência de sua proposta mais ambiciosa, a China se apoia na legitimidade histórica para se apresentar ao mundo como a potência que, salvo o período da dominação colonial, sempre foi. Evidentemente, há a vontade política de afirmar que esse retorno a uma condição que foi sua na maior parte da história não deve causar temores. Afinal, como insistem os chineses, a prosperidade da China será, assim como foi, a prosperidade de todos.

Como
é natural, mesmo avançando rapidamente a construção dessa Nova Rota da Seda, enfrenta percalços que exigem da China muito de sua tradicional paciência estratégica.

Ao
assinar seus acordos, a China se relaciona com países com demandas contraditórias e atravessa áreas de disputas latentes. O relacionamento com a Índia, por exemplo, é extremamente delicado. Ao elencar o Paquistão como aliado preferencial e anunciar acordos para obras de infraestrutura na região da Caxemira, que a Índia reivindica como sua, a China toma posição tácita diante de um conflito que envolve potências nucleares. Esse foi o preço a se pagar

a terra é redonda

para conseguir firma-se na Ásia Central e se contrapor ao enclave militar norte-americano existente no Afeganistão.

Os

Estados Unidos, por sua vez, procuram manobrar contra o projeto chinês explorando essas dificuldades e trabalhando no desentendimento entre a Índia e a China. Talvez seja essa a questão mais complexa no cenário na Nova Rota, mas a existência de objetivos estratégicos de longo prazo comuns entre as potências asiáticas pode colaborar para contornar as dificuldades.

Temores

quanto ao incremento do poder chinês e o risco de endividamento crônico dos países parceiros também são levantados contra a iniciativa. Há quem lembre que o mundo já devia, em 2018, US\$ 5 trilhões à China (6% do PIB mundial) e que, além disso, 7% do PIB dos EUA é propriedade chinesa em títulos do tesouro norte-americano^[1].

Porém, salta aos olhos a hipocrisia dos que chutaram a escada para interditá-la aos outros.

À

diferença do padrão que conhecemos no século XX, os acordos com os chineses não são feitos com as armas na mão e nem tem, por baixo da mesa, cartas orientando a derrubada de governos. Esse é o grande trunfo que Pequim tem a ostentar contra a guerra de propaganda que acusa sua iniciativa.

“Não

há nada mais fluido e suave que a água e, no entanto, nada se iguala a ela para atacar a rudeza”, diz o *Dao de Jing*.

Com suavidade, a água corta as montanhas rígidas. A referência a Laozi é de Xi Jinping que, anunciando o programa chinês para as relações internacionais, encerrou seu discurso no último Congresso do Partido Comunista afirmando que “quando reina o grande Dao, o mundo pertence a todos”. É essa sabedoria milenar que dá o tom para enfrentar os desafios em torno da Nova Rota da Seda com a qual a China pretende interligar o mundo, de mar a mar, de terra a neve.

***Alexandre G. de B. Figueiredo** é doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM-USP).

[1] <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/o-ouro-de-pequim.ghtml>